

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

## 1 Contexto operacional

A Mangels Industrial S.A. (a seguir denominada “Grupo” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código MGEL3 e MGEL4. A sede social da Companhia está localizada à Rua José Versolato, 101, Bloco A, conjuntos, 91 e 92, 9º andar, Centro, município de São Bernardo do Campo – SP.

A Companhia tem por objetivo a produção e venda de: rodas automotivas de alumínio, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de serviços de requalificação em recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviço de aço.

O prejuízo acumulado no exercício de 2019 foi de R\$ 6.474, contra um prejuízo de R\$ 46.378 em 2018. A redução do prejuízo está diretamente ligada a variação cambial que em 2019 gerou uma despesa de R\$ 13.920 contra R\$ 46.401 em 2018, entretanto, o resultado operacional da Companhia não é afetado e vem crescendo ano a ano.

Cabe ressaltar que tanto os juros quanto a variação cambial não afetam o caixa da Companhia, pois a maior parte da dívida é de longo prazo, para 2026.

A evolução é fruto de um bem-sucedido trabalho de reestruturação, iniciado em 2013 que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e a manutenção do destaque que sempre teve na cadeia de suprimentos da indústria automobilística e de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

Houve um plano de reestruturação com SETE PILARES CHAVES que levaram a ações como, por exemplo: implantação de controles rígidos, substituição de executivos, comunicação com credores, colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras, redefinição do negócio principal, mudanças estruturais, melhoria nos processos de produção, vendas, logística, qualidade, redução de custos e controle efetivo do caixa.

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Companhia implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos.

Dentre as principais reduções aos longos desses anos, constam:

- Reestruturação de cargos, reduzindo de 52 para 19 executivos = R\$ 9,5 milhões
- Revisão dos contratos de segurança patrimonial = R\$ 2,1 milhões
- Desativação da sede na Rua Verbo Divino = R\$ 1,5 milhões
- Internalização do serviço de agência de turismo = R\$ 0,8 milhões

Adicionalmente, os fluxos de caixa operacionais da Companhia apresentam condições razoáveis para liquidar as dívidas futuras. Adicionalmente, não foi necessário constituir provisão para redução para perda de ativos, conforme comentado na nota explicativa nº 13.

Essas medidas fazem com que a Administração julgue que não existe uma incerteza significativa quanto a continuidade operacional da Companhia. Assim, essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas nesse pressuposto.

## 2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista de controladas da Companhia:

		Participação no capital social - %				
			31/12/2019		31/12/2018	
	Principal atividade	País-sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda	Comercialização de tiras e bobinas de aço	Brasil	99,99	-	99,99	-
Mangels International Corporation	Comercialização de produtos da Companhia	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-	100,00	-
Mangels USA Corporation	Comercialização de produtos da Companhia	EUA	-	100,00	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda - EPP	Classificação de vasilhames vazios de GLP	Brasil	100,00	-	100,00	-

## 3 Base de preparação

### a. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitido pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) estando de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão em 10 de março de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 4.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 16 – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 9 – mensuração de perda de crédito esperada para as contas a receber;
- Nota explicativa nº 13 – teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota explicativa nº 18 – reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 28 – determinação do valor justo, menos as despesas para vender dos ativos mantidos para venda;
- Nota explicativa nº 27 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro;

### ***Mensuração do valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“*inputs*” não observáveis).
- A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 30 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

**d. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**4 Políticas contábeis significativas**

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo foram aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nesta demonstração financeira, salvo quando da adoção inicial da CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos.

**a. Base de consolidação**

**(i) Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**(ii) Perda de controle**

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

**(iii) Investimentos em entidades contabilizadas por método de equivalência patrimonial**

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro líquido ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes (ORA) da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas

demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

**(iv) *Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b. *Moeda Estrangeira***

***Transações em moedas estrangeiras***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pela taxa histórica na moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

***Operações no exterior***

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real, às taxas médias mensais.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

**c. *Instrumentos financeiros***

**(i) *Reconhecimento e mensuração inicial***

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. O contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) *Classificação e mensuração subsequente***

*Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas aos pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros – Avaliação por modelo de negócio*

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

*Ativos financeiros - avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

## *Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas*

<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

## *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(iii) Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.



(iv) ***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo ponderado médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é a estimativa entre o valor de venda usual no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de fabricação e venda.

e. **Imobilizado**

***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem materiais e mão de obra direta, assim como quaisquer outros custos necessários para o transporte e operacionalização do ativo da maneira esperada pela administração.

Compras de software que são necessárias para a funcionalidade de um ativo imobilizado é capitalizado como parte do ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

***Custos subsequentes***

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

***Depreciação***

Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar da forma idealizada pela Administração.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	4% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Benfeitorias em bens próprios	4% a.a.
Veículos	20% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**f. Intangível**

A Companhia detém no seu quadro de ativos recursos intangíveis como softwares de desenhos de projetos de engenharia e implantação de novos processos, sistemas e licenças.

O método de amortização utilizado é linear com a vida útil média de 5 anos podendo variar de acordo com a definição dos prazos dos contratos.

**g. Ativos mantidos para venda**

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, o imobilizado não são mais depreciados.

**h. Redução ao valor recuperável**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

*Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

O Grupo reconhece perdas por redução ao valor recuperável relacionadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas por redução ao valor recuperável, o Grupo

considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso.

O Grupo avalia contas a receber de forma agregada considerando as características gerais do mercado interno e externo e segmento. Quando o ativo está vencido a mais de 120 dias, o Grupo avalia o título de forma individualizada, considerando garantias e a avaliação de crédito interna apurada pelo gerente financeiro.

O Grupo considera o ativo financeiro como inadimplente quando:

- é altamente provável que a contraparte não pague integralmente as obrigações para com o Grupo, sem o Grupo recorrer as garantias (se houver); ou
- o ativo financeiro estiver vencido a mais de 120 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda por redução ao valor recuperável é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 120 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### **Apresentação da perda por redução ao valor recuperável no balanço patrimonial**

A perda por redução ao valor recuperável para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

#### **(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado.

#### **i. Benefícios a empregados**

##### ***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### **j. Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, que poder ser estimado de forma confiável, e é provável que uma recurso econômico seja necessário para liquidar a obrigação.

**k. Capital Social**

**(i) Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

**(ii) Ações preferenciais**

Ações preferenciais são não resgatáveis, são classificadas no patrimônio líquido pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

**l. Reconhecimento da receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada com o cliente. A receita de vendas é reconhecida à medida em que a Companhia transfere o controle sobre o produto ao cliente considerando assim que a obrigação de desempenho foi cumprida.

A Companhia controla a transferência do benefício através do comprovante de entrega assinado.

Nenhum desconto é concedido para os produtos faturados, não há devolução em dinheiro. Além disso, com raras exceções quando há devolução, sempre por novos produtos.

Os preços de vendas e serviços são determinados com base em acordos ou dependendo do caso contratos com os clientes.

A receita de serviços é reconhecida a medida que o serviço é prestado.

**m. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, receitas de juros sobre empréstimos e recebíveis, descontos de fornecedores e outras receitas financeiras.

As despesas financeiras incluem despesas com juros, variações monetárias e cambiais, descontos concedidos a clientes, juros de fornecedores, despesas de indexação e outras despesas financeiras.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda.

**n. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A controlada E.Koga & Cia Ltda - EPP, têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplica-se a alíquota de 32%, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**o. Incentivo fiscal**

A controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

A redução do imposto sobre a renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

**p. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

**q. Segmentos operacionais**

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária (principal tomador de decisão); da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração.

**r. Demonstrações de valor adicionado**

O Grupo elaborara demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

## **5 Mudanças nas principais políticas contábeis**

### **CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operação de arrendamento mercantil**

O Grupo aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrito acima.

#### ***Como arrendatário***

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende



o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo aplicou os seguintes expedientes práticos na implementação do CPC 06(R2) / IFRS 16 referente aos arrendamentos anteriormente classificados como operacional, tais como: não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos

de TI.

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

O impacto da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, nas informações contábeis intermediárias consolidadas segue conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		
	Demonstrações financeiras divulgadas em 31/12/2018	Impacto referente a adoção da IFRS 16/CPC 06(R2)	Demonstrações financeiras em 01/01/2019
Total ativo circulante	143.504	-	143.504
Imobilizado	132.188	5.395	137.583
Outros ativos não circulantes	90.574	-	90.574
Total ativo não circulante	222.762	5.395	228.157
<b>Total do ativo</b>	<b>366.266</b>	<b>5.395</b>	<b>371.661</b>
Arrendamento a pagar	-	688	688
Outros passivos circulantes	95.261	-	95.261
Total passivo circulante	95.261	688	95.949
Arrendamento a pagar	-	4.707	4.707
Outros passivos não circulantes	635.130	-	635.130
Total passivo não circulante	635.130	4.707	639.837
Patrimônio líquido	(364.125)	-	(364.125)
<b>Total passivo</b>	<b>366.266</b>	<b>5.395</b>	<b>371.661</b>

	Consolidado		
	Demonstrações financeiras divulgadas em 31/12/2018	Impacto referente a adoção da IFRS 16/CPC 06(R2)	Demonstrações financeiras em 01/01/2019
Total ativo circulante	153.830	-	153.830
Imobilizado	139.665	5.897	145.562
Outros ativos não circulantes	55.209	-	55.209
Total não circulante	194.874	5.897	200.771
<b>Total do ativo</b>	<b>348.704</b>	<b>5.897</b>	<b>354.601</b>
Arrendamento a pagar	-	723	723
Outros passivos circulantes	68.612	-	68.612
Total passivo circulante	68.612	723	69.335
Arrendamento a pagar	-	5.174	5.174
Outros passivos não circulantes	644.217	-	644.217
Total passivo não circulante	644.217	5.174	649.391
Patrimônio líquido	(364.125)	-	(364.125)
<b>Total passivo</b>	<b>348.704</b>	<b>5.897</b>	<b>354.601</b>

O valor do direito de uso e do passivo de arrendamento estão sendo apresentados bruto de PIS e COFINS que serão recuperados posteriormente, conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02-2019 de 18 de dezembro de 2019.

Veja a movimentação do efeito no ativo imobilizado Nota Explicativa nº 16 - Arrendamento mercantil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram pagos o montante de R\$ 1.213 do arrendamento mercantil e foram apropriados juros no montante de R\$ 450.

### IFRIC23 / ICPC 22

O ICPC 22 / IFRIC 23 (International Financial Reporting Interpretations Committee) traz a interpretação das normas contábeis vinculadas à forma de apresentação dos tributos sobre os lucros, nas demonstrações financeiras.

A interpretação de norma foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não teve efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

## 6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

### Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

			Controladora		Consolidado	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	95,33%	CDI	-	8.973	-	8.973
Disponibilidade em conta-corrente			3.247	6.484	3.614	6.729
			3.247	15.457	3.614	15.702
Em moeda estrangeira						
Disponibilidade em conta corrente (i)			22.515	19.560	22.515	20.011
			22.515	19.560	22.515	20.011
			25.762	35.017	26.129	35.713

- (i) O saldo de disponibilidade em conta corrente em moeda estrangeira é decorrente, basicamente, dos recebíveis de clientes (Toyota Argentina SA Peugeot Citroen).

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários-CDB sobre operações compromissadas, que podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros.

## 8 Aplicações financeiras

				Controladora		Consolidado	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional							
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100%	CDI	Remuneração média - %	13.451	2.561	16.104	2.561
				<u>13.451</u>	<u>2.561</u>	<u>16.104</u>	<u>2.561</u>
				Controladora		Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro 2018						2.561	2.561
Aplicação						17.308	22.808
Rendimento						392	555
(-) Resgate principal						(6.810)	(9.820)
Saldo em 31 de dezembro de 2019						<u>13.451</u>	<u>16.104</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários-CDB sobre operações compromissadas, com vencimentos superiores a três meses, mas inferiores a doze meses.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros.

## 9 Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
No Brasil		48.247	41.690	49.140	42.298
No Exterior		<u>5.987</u>	<u>3.373</u>	<u>5.987</u>	<u>3.373</u>
		54.234	45.063	55.127	45.670
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa		<u>(264)</u>	<u>(261)</u>	<u>(264)</u>	<u>(261)</u>
		<u>53.970</u>	<u>44.802</u>	<u>54.863</u>	<u>45.409</u>

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
A vencer	51.256	43.519	52.145	44.045
Títulos vencidos				
de 1 a 30 dias	2.757	852	2.761	933
de 31 a 60 dias	82	112	82	112
de 61 a 90 dias	3	315	3	315
de 91 a 120 dias	8	4	8	4
de 121 a 180 dias	10	5	10	5
de 181 a 360 dias	31	174	31	174
mais de 360	87	82	87	82
	2.978	1.544	2.982	1.625
	54.234	45.063	55.127	45.670

As movimentações das perdas de créditos esperada estão a seguir demonstradas:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(238)	(238)
Complemento de provisão	(312)	(316)
Reversão de provisão	289	293
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(261)	(261)
Complemento de provisão	(51)	(51)
Valores utilizados	48	48
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(264)	(264)

## 10 Estoques

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Produtos acabados	16.662	12.402	21.183	15.518
Produtos em processo	18.520	15.032	18.520	15.032
Matérias-primas	11.405	18.634	16.277	21.520
Materiais auxiliares	9.430	9.291	9.594	9.406
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	2.937
Perda estimada nos estoques	(6.396)	(5.863)	(6.482)	(5.909)
	49.621	49.496	59.092	58.504

Movimentação da perda estimada de estoque:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(6.501)	(7.424)
Complemento de provisão	(2.764)	(2.763)
Valores utilizados	<u>3.402</u>	<u>4.278</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(5.863)	(5.909)
Complemento de provisão	(1.656)	(1.656)
Valores utilizados	<u>1.123</u>	<u>1.083</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(6.396)</u>	<u>(6.482)</u>

## 11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Impostos e contribuições</b>				
COFINS (ii)	1.257	1.946	1.454	1.871
ICMS (i)	2.276	2.703	2.059	2.703
PIS e COFINS sobre o imobilizado	34	51	47	48
IRRF	-	-	-	9
PIS (ii)	94	192	138	174
<b>Total</b>	<b>3.661</b>	<b>4.892</b>	<b>3.698</b>	<b>4.805</b>
Circulante	2.655	3.970	2.692	3.883
Não circulante	1.006	922	1.006	922

- (i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT Nº 1 de 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.
- (ii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 e 10.833/2003.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
CSLL	560	670	561	670
IRPJ	1.436	1.163	1.493	1.220
<b>Total</b>	<b>1.996</b>	<b>1.833</b>	<b>2.054</b>	<b>1.890</b>

### a. Superveniências federais

A Companhia discutia a tese de que o ICMS não integra a base de cálculo do PIS e da COFINS em três processos judiciais, que abrangem os fatos geradores ocorridos a partir do ano 1992. No primeiro semestre de 2019, foram certificados os trânsitos em julgado para dois processos da Companhia, referente aos períodos de 1992 a outubro de 2011. Os efeitos dessas decisões estão sendo apurados pela Companhia.

O reconhecimento desse crédito extemporâneo para o período de apuração de 1992 a outubro de 2011 será registrado como “Outras receitas operacionais” assim que for possível realizar uma estimativa confiável. A Companhia está envidando esforços para concluir os cálculos o quanto antes.

## 12 Investimento em controladas

A Companhia detém participação acionária em empresas que se dedicam a produção, comercialização e prestação de serviços nos segmentos em que atua.



A seguir é apresentado um resumo das informações financeiras dos investimentos nas empresas mencionadas:

### Movimentação dos investimentos

	<b>Controladora</b>			
	<b>Mangels Componentes da Amazônia Ltda</b>	<b>Mangels International Corporation</b>	<b>E. Koga &amp; Cia Ltda. - EPP.</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	26.056	2.126	2.255	30.437
Equivalência patrimonial	4.185	101	1.176	5.462
Variação cambial sobre investimentos	-	364	-	364
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	30.241	2.591	3.431	36.263
Equivalência patrimonial	4.699	8	1.559	6.266
Variação cambial sobre investimentos	-	(35)	-	(35)
Outros	-	139	-	139
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	34.940	2.703	4.990	42.633

Saldos patrimoniais e transações nos períodos/exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	<b>31/12/2019</b>			
	<b>Mangels Componentes da Amazônia Ltda.</b>	<b>Mangels International Corporation</b>	<b>E. Koga &amp; Cia Ltda. - EPP</b>	<b>Total</b>
Ativo circulante	37.380	8.935	5.958	52.273
Ativo não circulante	7.219	-	1.144	8.363
	44.599	8.935	7.102	60.636
Passivo circulante	(1.608)	(6.232)	(1.349)	(9.189)
Passivo não circulante	(8.051)	-	(763)	(8.814)
	(9.659)	(6.232)	(2.112)	(18.003)
Patrimônio líquido	(34.940)	(2.703)	(4.990)	(42.633)
Lucro do exercício	4.699	8	1.559	6.266

	31/12/2018			
	<b>Mangels Componentes da Amazônia Ltda.</b>	<b>Mangels International Corporation</b>	<b>E. Koga &amp; Cia Ltda. - EPP</b>	<b>Total</b>
Ativo circulante	32.994	8.468	4.423	45.885
Ativo não circulante	7.831	-	430	8.261
	40.825	8.468	4.853	54.146
Passivo circulante	(1.200)	(5.877)	(1.323)	(8.400)
Passivo não circulante	(9.384)	-	(99)	(9.483)
	(10.584)	(5.877)	(1.422)	(17.883)
Patrimônio líquido	(30.241)	(2.591)	(3.431)	(36.263)
Lucro do exercício	4.185	101	1.176	5.462

	31/12/2019			
	<b>Ações ou quotas possuídas lote de mil</b>	<b>Participação da empresa no capital - % Direta</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Total</b>
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99,99	(34.940)	4.699
Mangels International Corporation	20	100	(2.703)	8
E.Koga e Cia Ltda. – EPP	12	100	(4.990)	1.559

	31/12/2018			
	<b>Ações ou quotas possuídas lote de mil</b>	<b>Participação da empresa no capital - % Direta</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Total</b>
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99,99	(30.241)	4.185
Mangels International Corporation	20	100	(2.591)	101
E.Koga e Cia Ltda. – EPP	12	100	(3.431)	1.176

## 13 Imobilizado

	Controladora								
	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento	Direito de uso - Aluguéis (a)	Total
Custo total	4.481	39.710	274.655	1.008	9.909	118	6.469	-	336.350
Depreciação acumulada	-	(20.200)	(182.168)	(881)	(9.075)	-	-	-	(212.324)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>4.481</b>	<b>19.510</b>	<b>92.487</b>	<b>127</b>	<b>834</b>	<b>118</b>	<b>6.469</b>	<b>-</b>	<b>124.026</b>
Aquisição	-	-	10.275	1	10	-	17.456	-	27.742
Baixas - custo	-	-	(791)	(253)	(73)	-	(1.612)	-	(2.729)
Baixas - depreciação	-	-	751	245	68	-	-	-	1.064
Transferência	-	767	7.720	257	8	-	(8.752)	-	-
Depreciação	-	(794)	(16.896)	(63)	(162)	-	-	-	(17.915)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>4.481</b>	<b>19.483</b>	<b>93.546</b>	<b>314</b>	<b>685</b>	<b>118</b>	<b>13.561</b>	<b>-</b>	<b>132.188</b>
Aquisição	-	-	74	-	-	-	22.118	298	22.490
Efeito de adoção CPC 06(R2) IRFS 16	-	-	-	-	-	-	-	5.395	5.395
Baixas - custo	-	-	(2.554)	(146)	(11)	-	-	-	(2.711)
Baixas - depreciação	-	-	141	141	11	-	-	-	293
Transferência	-	2.799	25.211	203	190	3	(28.406)	-	-
Depreciação	-	(836)	(14.977)	(124)	(143)	-	-	(891)	(16.971)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>4.481</b>	<b>21.446</b>	<b>101.441</b>	<b>388</b>	<b>732</b>	<b>121</b>	<b>7.273</b>	<b>4.802</b>	<b>140.684</b>
Custo total	4.481	43.276	314.590	1.070	10.033	121	7.273	5.693	386.537
Depreciação acumulada	-	(21.830)	(213.149)	(682)	(9.301)	-	-	(891)	(245.853)
<b>Valor residual</b>	<b>4.481</b>	<b>21.446</b>	<b>101.440</b>	<b>388</b>	<b>732</b>	<b>121</b>	<b>7.273</b>	<b>4.802</b>	<b>140.684</b>
Taxa anual média de depreciação %	-	4%	16%	39%	21%	-	-	-	-
Vida útil (em anos)	-	de 10 a 25	de 2 a 10	de 2 a 7	de 2 a 10	-	-	-	-

(a) vida útil é definida de acordo com os prazos dos contratos

	Consolidado								
	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento	Direito de uso - Aluguéis (a)	Total
Custo total	4.516	47.304	285.488	1.038	10.093	118	6.480	-	355.037
Depreciação acumulada	-	(22.411)	(190.743)	(908)	(9.198)	-	-	-	(223.260)
Saldo em 31/12/2017	4.516	24.893	94.745	130	895	118	6.480	-	131.777
Aquisição	-	1	10.281	1	10	-	17.981	-	28.274
Baixas - custo	-	-	(792)	(257)	(74)	-	(1.612)	-	(2.735)
Baixas - depreciação	-	-	907	247	68	-	-	-	1.222
Transferência	-	966	7.845	257	16	-	(9.084)	-	-
Depreciação	-	(1.039)	(17.592)	(63)	(179)	-	-	-	(18.873)
Saldo em 31/12/2018	4.516	24.821	95.394	315	736	118	13.765	-	139.665
Aquisição	-	-	80	-	-	-	22.212	652	22.944
Efeito de adoção CPC 06(R2) IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	5.897	5.897
Baixas - custo	-	-	(2.554)	(146)	(11)	-	-	-	(2.711)
Baixas - depreciação	-	-	141	141	11	-	-	-	293
Transferência	-	2.847	25.452	203	193	3	(28.698)	-	-
Depreciação	-	(1.085)	(15.335)	(124)	(154)	-	-	(951)	(17.649)
Saldo em 31/12/2019	4.516	26.583	103.178	389	775	121	7.279	5.598	148.439
Custo total	4.516	51.118	325.801	1.096	10.226	121	7.279	6.549	406.706
Depreciação acumulada	-	(24.535)	(222.623)	(707)	(9.451)	-	-	(951)	(258.267)
Valor residual	4.516	26.583	103.178	389	775	121	7.279	5.598	148.439
Taxa anual média de depreciação %	-	4%	16%	39%	21%	-	-	-	-
Vida útil (em anos)	-	de 10 a 25	de 2 a 10	de 2 a 7	de 2 a 10	-	-	-	-

(a) A vida útil é definida de acordo com os prazos dos contratos

(b) Em 1º de janeiro de 2019, a controladora Mangels Industrial S.A realizou a adoção inicial do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, referente ao aluguel dos edifícios administrativos. O impacto da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 foi de R\$ 5.897 no consolidado e R\$ 5.395 na controladora, na rubrica Arrendamento Mercantil no Ativo Imobilizado.

O saldo do ativo imobilizado inclui avaliações por custo atribuído de terrenos, edifícios, equipamentos e instalações, sendo a última avaliação efetuada em 30 de setembro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo líquido dos bens avaliados é de R\$15.619 (R\$15.618 em 31 de dezembro de 2018), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$20.900 (R\$19.333 em 31 de dezembro de 2018).

Parte dos imóveis e equipamentos está vinculada como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 - Empréstimos e financiamentos.

### Testes por redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ativo imobilizado é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com o segmento operacional. Os testes para verificação de *impairment* foram efetuados para os ativos da controladora.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2019 são as que seguem:

O valor da recuperabilidade pelo uso, foi considerando o fluxo de caixa projetada para o ano de 2020, e um incremento para os anos seguintes de 2021, 22, 23 e 24 de 4,74% ao ano, de acordo com o cenário econômico projetado para o setor de auto peças de 6,8% e de açós/GLP de 1 a 2% (média de 1,5%). A média de taxa de crescimento estimado encontrada foi de 4,74%.

Para descontar o fluxo de caixa projetado foi utilizado para o ano de 2020, uma taxa de 4,25% para o ano de 2021 foi utilizado a taxa de 6,00% e para os anos seguintes de 2022, 23 e 24 de 6,50% ao ano.

## 14 Intangível

	Controladora e consolidado	
	Software	Total
Custo total	26.632	26.632
Amortização acumulada	(24.302)	(24.302)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	2.330	2.303
Aquisição	180	180
Amortização	(1.566)	(1.566)
Custo total	26.812	26.812
Amortização acumulada	(25.868)	(25.868)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	944	944
Aquisição	519	519
Amortização	(696)	(696)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	767	767
Custo total	27.331	27.331
Amortização acumulada	(26.564)	(26.564)
<b>Valor residual</b>	<b>767</b>	<b>767</b>

## 15 Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
	Juros % a.a.	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Moeda nacional						
Credores com garantia real						
Banco da Amazônia S/A	10	nov/28	-	-	3.605	3.908
Credores quirografários	CDI + 0,5	mai/26				
Banco Bradesco S/A			104.607	101.823	104.607	101.822
Banco Itaú BBA S/A			89.393	87.014	89.393	87.014
Caixa Econômica Federal			9.325	9.077	9.325	9.077
Banco Safra S/A			11.533	11.227	11.533	11.227
Banco do Brasil S/A			97.655	95.056	97.655	95.056
Credores fiduciários						
Banco da Amazônia S/A	10	nov/28	-	-	5.575	6.043
Banco do Brasil S/A	4,5	jun/20	402	1.201	402	1.201
			312.915	305.398	322.095	315.348
Moeda estrangeira						
Credores com garantia real	5	nov/24				
DEG			49.665	47.223	49.665	47.223
FMO			96.172	91.444	96.172	91.444
Credores quirografários	Libor + 2,55	mai/26				
Banco Bradesco S/A			166.069	156.821	166.069	156.822
Banco Votorantim S/A			22.051	20.823	22.051	20.823
			333.957	316.311	333.957	316.312
Total dos empréstimos e financiamentos			646.872	621.709	656.052	631.660
Circulante			13.549	9.157	14.677	10.294
Não Circulante			633.323	612.552	641.375	621.366

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	621.709	631.660
(-) Pagamentos de principal	(7.378)	(8.384)
(-) Pagamentos de juros (i)	(16.874)	(17.845)
Variação cambial	13.641	13.641
Provisão de juros	35.774	36.980
Saldo em 31 de dezembro de 2019	646.872	656.052

- (i) Para efeito de fluxo de caixa os pagamentos de juros estão sendo apresentados na atividade de financiamento.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira estão atrelados à moeda norte americana.

Os empréstimos do DEG / FMO têm como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de São Bernardo do Campo, registrado na rubrica “Ativo não circulante mantido para venda” conforme Nota Explicativa nº 28.

Os empréstimos não possuem cláusulas restritivas ou covenants.

O empréstimo junto ao Banco da Amazônia S.A., tem como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Manaus, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 6.609.

A dívida junto ao Banco do Brasil S.A. refere-se a operações de FINAME que tem como garantia o equipamento financiado.

Os valores de credores quirografários referem-se ao acordo de recuperação judicial encerrada em 2017. O principal e os juros são amortizados semestralmente, conforme condições pré estabelecida no referido acordo.

A seguir seguem demonstrados os empréstimos e financiamentos por data de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	9.157	-	10.294
2020	13.549	11.707	14.677	12.713
2021	13.788	13.394	14.794	14.399
2022	28.884	28.271	29.890	29.277
2023	39.729	38.697	40.736	39.703
2024	133.788	125.497	134.794	126.504
2025	21.653	21.320	22.659	22.326
2026	395.481	373.666	396.488	374.673
2027 em diante	-	-	2.014	1.769
	<u>646.872</u>	<u>621.709</u>	<u>656.052</u>	<u>631.660</u>

## 16 Arrendamento mercantil

	Controladora					
	Adoção da IFRS 16/CPC 06(R2) em 01/01/2019	Adição	Pagamentos	Apropriação	Transferência LP x CP	IFRS 16/CPC 06(R2) em 31/12/2019
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Arrendamento - aluguéis	1.081	48	(1.129)	-	1.159	1.159
Juros IFRS16 / CPC06	<u>(393)</u>	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>406</u>	<u>(357)</u>	<u>(357)</u>
	688	35	(1.129)	406	802	802
<b>Não circulante</b>						
Arrendamento - aluguéis	5.979	314	-	-	(1.159)	5.134
Juros IFRS16 / CPC06	<u>(1.272)</u>	<u>(51)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>357</u>	<u>(966)</u>
	4.707	263	-	-	(802)	4.168
	<u>5.395</u>	<u>298</u>	<u>(1.129)</u>	<u>406</u>	<u>-</u>	<u>4.970</u>
	Consolidado					
	Adoção da IFRS 16/CPC 06(R2) em 01/01/2019	Adição	Pagamentos	Apropriação	Transferência LP x CP	IFRS 16/CPC 06(R2) em 31/12/2019
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Arrendamento - aluguéis	1.153	58	(1.213)	-	1.282	1.280
Juros IFRS16 / CPC06	<u>(430)</u>	<u>(20)</u>	<u>-</u>	<u>450</u>	<u>(416)</u>	<u>(416)</u>
	723	38	(1.213)	450	866	864
<b>Não circulante</b>						
Arrendamento - aluguéis	6.630	799	-	-	(1.282)	6.147
Juros IFRS16 / CPC06	<u>(1.456)</u>	<u>(185)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>416</u>	<u>(1.225)</u>
	5.174	614	-	-	(866)	4.922
	<u>5.897</u>	<u>652</u>	<u>(1.213)</u>	<u>450</u>	<u>-</u>	<u>5.786</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa nominal de juros incremental de 8% ao ano 2019. A seguir seguem demonstrados dos arrendamentos por data de vencimento.

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2020	802	864
2021	865	937
2022	935	1.012
2023	580	663
2024	403	492
2025	436	532
2026	474	574
2027 em diante	475	712
	<u>4.970</u>	<u>5.786</u>

## 17 Fornecedores

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Moeda nacional				
Fornecedores	25.592	27.331	25.668	27.453
Credores com garantia real	199	600	199	600
Credores quirografários	6.200	11.284	6.278	11.425
	<u>31.991</u>	<u>39.215</u>	<u>32.145</u>	<u>39.478</u>
Moeda estrangeira				
Fornecedores	<u>157</u>	<u>218</u>	<u>157</u>	<u>218</u>
	<u>157</u>	<u>218</u>	<u>157</u>	<u>218</u>
	<u>32.148</u>	<u>39.433</u>	<u>32.302</u>	<u>39.696</u>
Circulante	28.393	30.477	28.511	30.634
Não Circulante	3.755	8.956	3.791	9.062

A seguir seguem demonstrados os fornecedores por data de vencimento:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
2019	-	30.477	-	30.634
2020	28.393	5.924	28.511	5.993
2021	1.883	1.213	1.919	1.227
2022	1.267	1.213	1.267	1.227
2023	<u>605</u>	<u>606</u>	<u>605</u>	<u>615</u>
	<u>32.148</u>	<u>39.433</u>	<u>32.302</u>	<u>39.696</u>



## 18 Provisão para riscos e discussões judiciais

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

<b>Controladora</b>				
	<b>Depósitos judiciais</b>		<b>Provisão para riscos e discussões judiciais</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Trabalhistas e previdenciárias	2.294	3.493	(16.503)	(10.412)
Tributárias	3.706	2.444	-	(375)
Outras	-	87	(920)	(923)
	<u>6.000</u>	<u>6.024</u>	<u>(17.423)</u>	<u>(11.710)</u>
<b>Consolidado</b>				
	<b>Depósitos judiciais</b>		<b>Provisão para riscos e discussões judiciais</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Trabalhistas e previdenciárias	2.299	3.501	(16.519)	(10.577)
Tributárias	4.311	3.048	-	(375)
Outras	-	373	(920)	(923)
	<u>6.610</u>	<u>6.922</u>	<u>(17.439)</u>	<u>(11.875)</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

<b>Controladora</b>				
	<b>Trabalhistas e previdenciárias</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Outras</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(16.078)	(375)	(923)	(17.376)
Reclassificação	(791)	-	-	(791)
Baixas (pagamentos)	<u>6.457</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.457</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.412)	(375)	(923)	(11.710)
Reclassificações	(523)	-	-	(523)
Adições líquidas	(1.714)	-	-	(1.714)
Baixas (pagamentos)	4.143	375	-	4.518
Atualização (i)	<u>(7.997)</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>(7.994)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(16.503)</u>	<u>-</u>	<u>(920)</u>	<u>(17.423)</u>

	Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(16.238)	(375)	(923)	(17.536)
Reclassificações	(797)	-	-	(797)
Baixas	6.458	-	-	6.458
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.577)	(375)	(923)	(11.875)
Reclassificações	(523)	-	-	(523)
Adições líquidas	(1.714)	-	-	(1.714)
Baixas (pagamentos)	4.292	375	-	4.667
Atualização (i)	(7.997)	-	3	(7.994)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(16.519)	-	(920)	(17.439)

- (i) Os valores apresentados como atualização referem-se basicamente a mudança de estimativa de risco de cada causa.

**Riscos classificados como prováveis** – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- Trabalhistas e previdenciárias: são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas-extras, equiparação salarial e outros;
- Tributárias: são representadas por ações de compensação de PIS/ COFINS sobre crédito presumido de IPI, sobre exportações e créditos extemporâneos de ICMS.
- Outras: representado por ação cível.

**Riscos classificados como possíveis**- não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais no total R\$ 15.566 em 31 de dezembro de 2019 (R\$24.179 em 31 de dezembro de 2018)

Abaixo são demonstradas as principais causas com riscos de perda classificadas como possível pelos assessores jurídicos:

**a. Tributárias**

- (i) **IPI** – Compensações de créditos presumidos de IPI dos anos de 2003, 2004, 2005, 2012 e 2013, não homologados pela Receita Federal. O montante atualizado é de R\$ 965, atualizado até 31 de dezembro de 2019.
- (ii) **IRPJ** – Discute-se homologação parcial do pedido de compensação do saldo negativo de IRPJ do ano de 2005. O montante é de R\$ 9,1 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2019.
- (iii) **IRPJ/CSLL** – Discute-se a anulação de débitos fiscais de IRPJ e CSLL sobre operações de venda de sucatas. O montante é de R\$ 600, atualizado até 31 de dezembro de 2019.

- (iv) **Salário-Educação** – Discute-se a imposição de multa em razão do não recolhimento das contribuições de segurados a seu serviço; a imposição de multa em razão da não correção de arquivos digitais apresentados; a imposição de multa em razão da não apresentação de documentos contábeis solicitados em procedimento de apuração fiscal; a exigência de contribuições, destinadas ao salário-educação (FNDE), incidentes sobre valores apurados em aferição indireta, arbitrados com base em diferenças entre valores identificados nas Declarações de Imposto de Renda (DIPJ) e na Folha de Salários, atinentes aos anos de 2002, 2003, 2004 e 2006. O montante é de R\$ 780, atualizado até 31 de dezembro de 2019.
- (v) **CPMF** – Compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 1,060, atualizado até 31 de dezembro de 2019.
- b. Cíveis**  
A Companhia é parte em ações cíveis, movidas entre outros, por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 3,107, atualizado até 31 de dezembro de 2019.
- c. Trabalhista**  
A Companhia é parte em ações movidas por ex-funcionários pleiteando entre outras verbas, horas extras, periculosidade, insalubridade, intervalo intrajornada, danos materiais e morais, perfazendo o montante de R\$ 307 atualizado até 31 de dezembro de 2019.

## 19 Salários e encargos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Encargos	3.813	4.154	3.930	4.287
Provisão participação lucros	3.319	5.221	3.505	5.427
Provisão para férias	4.729	4.886	4.842	5.033
Outros	129	48	146	49
Total	11.990	14.309	12.423	14.796

## 20 Partes relacionadas

Transações com empresas consolidadas	Passivo circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	21.328	23.395
Mangels International Corporation	2.703	2.026
E.Koga & Cia. Ltda. - EPP	5.522	3.992
Controladora	29.553	29.413

Os saldos acima apresentados são contratos de conta corrente entre as empresas controladas pela Mangels Industrial S.A, sem prazo para liquidação ou atualização monetária. Não existem transações entre as partes relacionadas que afetam o resultado.

	<b>Ativo circulante</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Consolidado e controladora		
Tecnopar	295	-
Mangels S.A.	111	-
Shorewood	2	-
	<u>408</u>	<u>-</u>

Os saldos acima apresentados refere-se a conta corrente para pagamento de pequenas despesas pois as empresas relacionadas não tem geração de caixa.

<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>	
<b>Com acionistas minoritários</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Caixa Econômica Federal	9.325	9.077

**a. Remuneração do pessoal-chave da administração – Consolidado**

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. O valor da remuneração paga ou a pagar, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$4.871 (R\$4.848 em 31 de dezembro de 2018).

## **21 Patrimônio líquido**

### **Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado era de R\$171.272.996,71, representados por 5.783.212 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.067.243 ordinárias e 3.715.969 preferenciais.

As ações preferenciais não resgatáveis não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

31/12/2019						
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Mangels S.A.	2.065.672	99,92	55	-	2.065.727	35,72
Robert Max Mangels	24	-	881.949	23,73	881.973	15,25
Caixa Econômica Federal	-	-	463.822	12,48	463.822	8,02
José Antonio Bortoluzzo Neto	-	-	400.000	10,76	400.000	6,92
Antonio Farina	-	-	250.000	6,73	250.000	4,32
André Ricardo Beim	-	-	294.400	7,92	294.400	5,09
Outros	1.547	0,08	1.425.743	38,38	1.427.290	24,68
Total	2.067.243	100,00	3.715.969	100,00	5.783.212	100,00

31/12/2018						
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Mangels S.A.	2.065.672	99,92	55	-	2.065.727	35,72
Robert Max Mangels	24	-	881.949	23,73	881.973	15,25
Caixa Econômica Federal	-	-	479.422	12,90	479.422	8,29
José Antonio Bortoluzzo Neto	-	-	400.000	10,76	400.000	6,92
Antonio Farina	-	-	250.000	6,73	250.000	4,32
André Ricardo Beim	-	-	289.700	7,80	289.700	5,01
Outros	1.547	0,08	1.414.843	38,07	1.416.390	24,49
Total	2.067.243	100,00	3.715.969	100,00	5.783.212	100,00

### Avaliação por custo atribuído

A realização da avaliação por custo atribuído da Companhia é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

### Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro de 2019 havia em circulação no mercado, 1.547 ações ordinárias e 2.833.965 ações preferenciais representando 49,03% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,07% das ações ordinárias e 76,26% das ações preferenciais.

## 22 Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(2.174)	(4.300)	(6.474)
Resultado atribuível aos acionistas	(2.174)	(4.300)	(6.474)
(*) Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas – R\$	(1,0519)	(1,1570)	(1,1194)
Quantidade média das ações ponderadas no período	2.067.243	3.715.969	5.783.212
	31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(15.577)	(30.801)	(46.378)
Resultado atribuível aos acionistas	(15.577)	(30.801)	(46.378)
(*) Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(8,0782)	(8,0782)	(8,0782)
Quantidade média das ações ponderadas no período	2.067.243	3.715.969	5.783.212

(\*) Conforme comentado anteriormente as ações preferenciais gozam de direito de 10% a mais de dividendos que as ações ordinárias.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

## 23 Receita líquida de vendas de bens e / ou serviços

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019			31/12/2019		
	Venda	Serviços	Total	Venda	Serviços	Total
Receita Bruta	574.271	60.758	635.029	614.392	66.295	680.686
Impostos e taxas sobre vendas	(118.790)	(1.496)	(120.286)	(119.223)	(1.607)	(120.830)
Cancelamentos e descontos	(1.780)	(1.259)	(3.039)	(2.264)	(1.259)	(3.524)
Receita líquida	453.701	58.003	511.704	492.904	63.429	556.332

	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2018</b>			<b>31/12/2018</b>		
	<b>Venda</b>	<b>Serviços</b>	<b>Total</b>	<b>Venda</b>	<b>Serviços</b>	<b>Total</b>
Receita Bruta	524.185	29.313	553.498	556.301	34.409	590.710
Impostos e taxas sobre vendas	(105.528)	(4.508)	(110.036)	(105.701)	(4.796)	(110.497)
Cancelamentos e descontos	(3.175)	-	(3.175)	(3.475)	-	(3.475)
Receita líquida	<u>415.482</u>	<u>24.805</u>	<u>440.287</u>	<u>447.125</u>	<u>29.613</u>	<u>476.738</u>

## 24 Despesa por natureza

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Matérias-primas consumidas	(256.617)	(232.294)	(285.304)	(254.693)
Despesas com pessoal	(110.811)	(104.393)	(114.904)	(108.203)
Depreciação e amortização	(17.667)	(18.417)	(18.345)	(19.217)
Despesa com frete	(2.485)	(1.487)	(2.662)	(1.691)
Despesa com energia	(33.683)	(23.361)	(34.030)	(23.672)
Materiais/Manutenção	(22.095)	(18.168)	(22.550)	(18.536)
Serviços de terceiros	(11.169)	(10.157)	(11.936)	(11.131)
Outros custos, despesas e receitas	<u>(7.982)</u>	<u>(6.801)</u>	<u>(8.172)</u>	<u>(7.326)</u>
Despesa por natureza	(462.509)	(415.078)	(497.903)	(444.469)
Custo das mercadorias vendidas	(428.330)	(380.733)	(462.754)	(409.029)
Com vendas	(5.141)	(4.516)	(5.443)	(4.919)
Gerais e administrativas	<u>(29.038)</u>	<u>(29.829)</u>	<u>(29.706)</u>	<u>(30.521)</u>
Despesas por função	<u>(462.509)</u>	<u>(415.078)</u>	<u>(497.903)</u>	<u>(444.469)</u>

## 25 Outras receitas / despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras receitas operacionais				
Receita de impostos (extemporâneos)	585	491	585	491
Receita de venda de ativos	3.733	3.713	3.733	3.717
Benefício IRPJ - SUDAM	-	-	1.002	904
Outras receitas	114	71	115	77
	<u>4.432</u>	<u>4.275</u>	<u>5.435</u>	<u>5.189</u>
Outras despesas operacionais				
Custo venda de ativos	(2.418)	-	(2.418)	-
Multas diversas	-	(181)	-	(194)
Honorários advocatícios	(963)	(710)	(963)	(710)
Outras despesas manutenção fábrica SBC	(2.548)	-	(2.548)	-
Provisão para contingências	(9.708)	-	(9.708)	-
Outras despesas	<u>(982)</u>	<u>(1.620)</u>	<u>(986)</u>	<u>(1.494)</u>
	<u>(16.619)</u>	<u>(2.511)</u>	<u>(16.623)</u>	<u>(2.398)</u>
	<u>(12.187)</u>	<u>1.764</u>	<u>(11.188)</u>	<u>2.791</u>



## 26 Resultado financeiro

### 26.1 Receitas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Juros sobre aplicações financeiras	536	1.467	726	1.619
Descontos obtidos	71	87	142	87
Outras receitas	769	23	769	28
	<u>1.376</u>	<u>1.577</u>	<u>1.637</u>	<u>1.734</u>

### 26.2 Despesas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tarifas bancárias	(194)	(248)	(213)	(277)
Juros sobre empréstimos	(35.774)	(33.895)	(36.980)	(34.581)
Juros passivos	(619)	(1.077)	(1.460)	(1.089)
Outras despesas	(1.314)	(897)	(1.112)	(823)
	<u>(37.901)</u>	<u>(36.117)</u>	<u>(39.765)</u>	<u>(36.770)</u>

### 26.3 Variações monetárias e cambiais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Variações monetárias e cambiais ativas	869	2.151	869	2.151
Variações monetárias e cambiais passivas	<u>(13.920)</u>	<u>(46.401)</u>	<u>(13.920)</u>	<u>(46.401)</u>
Variações monetárias e cambiais	<u>(13.051)</u>	<u>(44.250)</u>	<u>(13.051)</u>	<u>(44.250)</u>

## 27 Impostos sobre o resultado

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal brasileira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Operação continuada				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.353)	(46.378)	(3.989)	(44.249)
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(6.266)	(5.462)	-	-
Ajuste lucro presumido controlada E-Koga	-	-	(2.140)	-
Prejuízo após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(12.619)	(51.840)	(6.129)	(44.249)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	4.332	17.626	2.084	15.045
Despesas não dedutíveis	(638)	(530)	(641)	(532)
Ativo diferido não constituído sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	(3.864)	(17.120)	(3.712)	(14.892)
Compensação prejuízos fiscais	63	-	63	-
Redução IRPJ - Sudam	-	-	341	307
Adicional IRPJ	24	24	48	48
PAT	3	-	26	24
Outras	(41)	-	(206)	(1.585)
Imposto de renda e contribuição social presumido	-	-	(488)	(544)
Imposto de renda e contribuição social	(121)	-	(2.485)	(2.129)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(121)	-	(2.485)	(2.129)
Alíquota efetiva	0,96%	0,00%	40,54%	4,81%

### Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

Em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulados no montante de R\$ 191.001 (R\$ 188.080 em 31 de dezembro de 2018).

- (i) **Tributos diferidos ativos:** os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfecho das correspondentes provisões. As atuais provisões de lucratividade futura da Companhia, descontadas a valor presente, não demonstraram lucro tributável no montante suficiente para suportar o imposto de renda e contribuição social diferido.

Abaixo demonstrado os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, reconhecidos líquidos no passivo diferidos:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	137.122	132.116
Contribuição diferida sobre base negativa	49.364	49.335
Diferenças temporárias	-	-
Provisões reconhecimento de receita	45	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	44	89
Provisões para contingências	5.407	3.854
Provisões para PLR	1.128	1.775
Provisão para perdas em inventário	2.175	1.993
Provisão para perdas de ativo não circulante mantido para venda	-	185
Provisão indedutível	-	107
Provisões Phase Out - SBC	585	3.978
Outros	519	25
Diferido não constituído em exercícios anteriores	<u>(191.212)</u>	<u>(188.080)</u>
 Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	 <u>5.177</u>	 <u>5.377</u>
 Impostos diferidos sobre reavaliação de ativos	 <u>(5.177)</u>	 <u>(5.377)</u>
 Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	 <u>(5.177)</u>	 <u>(5.377)</u>
 Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	 <u>-</u>	 <u>-</u>

A Companhia e suas controladas por não possuírem um histórico de lucros tributáveis, somente constitui ativo fiscal diferido limitado ao mesmo montante reconhecido como passivo fiscal diferido.

A base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e suas controladas.

- (ii) **Tributos diferidos passivos:** A Companhia calcula tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

**b. Incentivos fiscais**

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-Lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/2007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o art. 5º e art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do imposto sobre a renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

## **28 Ativo não circulante mantido para venda**

Os ativos que estão disponíveis para venda imediata são instalações e o imóvel de São Bernardo do Campo, podendo serem vendidos a um potencial comprador no seu estado atual.

Em 29 de novembro de 2019 foi firmado uma proposta de venda do imóvel.

## 29 Segmentos operacionais

### a. Base para segmentação

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- **Cilindros:** Situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados em formato de eixo “V” para automóveis.
- **Rodas:** Também situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- **Aços:** O centro de serviço de ações está instalado em Manaus (AM), o seguimento é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;

### b. Informações sobre segmentos

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante para tomada de decisões e na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias.

	31/12/2019					
	Aços	Rodas	Cilindros	Total	Outros	Consolidado
<i>Mercado interno</i>	50.512	254.539	182.011	487.062	-	487.062
<i>Mercado externo</i>	-	69.270	-	69.270	-	69.270
Receita líquida	50.512	323.809	182.011	556.332	-	556.332
CPV	(41.201)	(267.823)	(153.679)	(462.703)	-	(462.703)
Lucro Bruto	9.311	55.935	28.332	93.578	-	93.578
Despesas operacionais						
Com vendas	(724)	(2.066)	(2.651)	(5.441)	(2)	(5.443)
Gerais e Administrativas	(1.081)	(17.976)	(8.008)	(27.065)	(2.641)	(29.706)
Provisão para perda de crédito esperada	-	(51)	-	(51)	-	(51)
Outras (despesas) receitas líquidas	(2.963)	(54)	(172)	(3.189)	(7.999)	(11.188)
Resultado operacional	<b>4.543</b>	<b>35.788</b>	<b>17.501</b>	<b>57.832</b>	<b>(10.642)</b>	<b>47.190</b>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-	-	-	(51.179)	(51.179)
Imposto de renda e contribuição social					(2.485)	(2.485)
Prejuízo do exercício	<b>4.628</b>	<b>47.775</b>	<b>22.709</b>	<b>75.112</b>	<b>(81.586)</b>	<b>(6.474)</b>
Total de depreciação e amortização	(662)	(11.853)	(4.887)	(17.402)	(943)	(18.345)

	31/12/2018					
	Aços	Rodas	Cilindros	Total	Outros	Consolidado
Mercado interno	35.276	242.413	151.177	428.866	-	428.866
Mercado externo	-	47.467	405	47.872	-	47.872
Receita líquida	35.276	289.880	151.582	476.738	-	476.738
CPV	(28.224)	(247.607)	(133.198)	(409.029)	-	(409.029)
Lucro Bruto	7.052	42.273	18.384	67.709	-	67.709
Despesas operacionais						
Com vendas	(528)	(1.673)	(2.718)	(4.919)	-	(4.919)
Gerais e Administrativas	(795)	(18.140)	(11.586)	(30.521)	-	(30.521)
Provisão para perda de crédito esperada	-	(23)	-	(23)	-	(23)
Outras (despesas) receitas líquidas	877	1.670	244	2.791	-	2.791
Resultado operacional	6.606	24.107	4.324	35.037	-	35.037
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-	-	-	(79.286)	(79.286)
Imposto de renda e contribuição social					(2.129)	(2.129)
Prejuízo do exercício	6.606	24.107	4.324	35.037	(81.415)	(46.378)
Total de depreciação e amortização	(756)	(12.853)	(4.572)	(18.181)	(1.036)	(19.217)

**c. Segmentos Geográficos**

A receita do segmento baseia-se na localização geográfica dos clientes e os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

	Consolidado			
	31/12/2019			
	Aços	Rodas	Cilindros	Total
Receita líquida	50.512	323.809	182.011	556.332
Mercado interno	50.512	254.539	182.011	487.062
Mercado externo	-	69.270	-	69.270
América do Sul	-	69.270	-	69.270
Argentina	-	69.270	-	69.270
	Consolidado			
	31/12/2018			
	Aços	Rodas	Cilindros	Total
Receita líquida	35.276	289.880	151.582	476.738
Mercado interno	35.276	242.413	151.177	428.866
Mercado externo	-	47.467	405	47.872
América do Sul	-	47.467	405	47.872
Argentina	-	47.467	405	47.872

**d. Maior cliente**

Em 31 de dezembro de 2019, dois clientes do segmento de rodas do Grupo representaram 11% cada do total das receitas.

**e. Ativos**

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre a alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total do ativo por segmentos reportáveis em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está apresentado a seguir:

	31/12/2019				
	Aços	Rodas	Cilindros	Outros	Total
Ativos por segmento	23.271	170.359	105.607	67.450	366.687
	31/12/2018				
	Aços	Rodas	Rodas	Outros	Total
Ativos por segmento	17.430	165.139	97.774	68.361	348.704

(\*) Refere-se ao caixa, equipamentos de informática, impostos a recuperar, entre outros ativos

## 30 Instrumentos financeiros

### Mensuração a valor justo

A política de contratação de instrumentos financeiros e os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações são os mesmos inicialmente adotados.

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras:

		Controladora			
		Valor contábil			Valor Justo
31 de dezembro de 2019	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	25.762	25.762	25.762
Aplicações financeiras	8	13.451	-	13.451	13.451
Contas a receber clientes	9	-	53.970	53.970	53.970
Empresas relacionadas	20	-	408	408	408
Outros créditos a receber		-	1.882	1.882	1.882
Total		13.451	82.022	95.473	95.473
Passivos					
Fornecedores	17	-	32.148	32.148	32.148
Empréstimos e financiamentos	15	-	646.872	646.872	585.996
Conta corrente partes relacionadas	20	-	29.553	29.553	29.553
Total		-	708.573	708.573	647.697

Consolidado					
	Nota	Valor contábil			Valor Justo
		Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 2
<b>31 de dezembro de 2019</b>					
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	26.129	26.129	26.129
Aplicações financeiras	8	16.104	-	16.104	16.104
Contas a receber clientes	9	-	54.863	54.863	54.863
Empresas relacionadas	20	-	408	408	408
Outros créditos a receber		-	1.922	1.922	1.922
<b>Total</b>		16.104	83.322	99.426	99.426
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	17	-	32.302	32.302	32.302
Empréstimos e financiamentos	15	-	656.052	656.052	596.001
<b>Total</b>		-	688.354	688.354	628.303

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos a receber, fornecedores e mútuo com partes relacionadas, aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- aplicações financeiras: tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações financeiras.
- empréstimos e financiamentos: tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.

O nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.



## Risco cambial

Os riscos de taxa de câmbio decorrem de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem caixa equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos e fornecedores denominados em moeda estrangeira, e a Administração os considera como únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados cinco cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento ou redução de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2019. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

Consolidado				Cenários				
	Exposição em (US\$ mil)	Unidade	Taxa de câmbio em 31/12/2019	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<b>Risco cambial</b>								
<b>1- Ativos financeiros</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	5.586	USD	4,0307	22.515	28.144	33.773	16.887	11.258
Contas a receber de clientes	1.485	USD	4,0307	5.986	7.482	8.978	4.489	2.993
<b>2- Passivos financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos	(82.853)	USD	4,0307	(333.956)	(417.444)	(500.933)	(250.467)	(166.978)
Fornecedores	(39)	USD	4,0307	(157)	(196)	(236)	(118)	(79)
<b>Exposição líquida</b>	<b>(75.821)</b>			<b>(305.612)</b>	<b>(382.014)</b>	<b>(458.418)</b>	<b>(229.209)</b>	<b>(152.806)</b>

## Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações e instituições financeiras de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	25.762	35.017	26.129	35.713
Aplicações financeiras	13.451	2.561	16.104	2.561
Contas a receber de clientes	53.970	44.802	54.863	45.409
	93.183	82.380	97.096	83.683

Os limites de riscos individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. As práticas de gestão de risco de crédito incluindo métodos e premissas estão descritas na nota explicativa nº 9. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

## Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e empréstimos e financiamentos. Na data das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Instrumentos de taxa variável</b>				
<i>Ativos financeiros</i>				
Aplicações financeiras	13.451	11.534	16.104	11.534
	<u>13.451</u>	<u>11.534</u>	<u>16.104</u>	<u>11.534</u>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>				
<i>Passivos financeiros</i>				
Empréstimos e financiamentos	312.513	304.197	312.513	304.196
	<u>312.513</u>	<u>304.197</u>	<u>312.513</u>	<u>304.196</u>

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das informações contábeis intermediárias. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos dos respectivos cenários:

Controladora								
			Cenários					
Exposição Patrimonial	Valor	Risco	Taxa de	I	II	III	IV	V
			juros efetiva a.a. em 31/12/2019					
<b>1- Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	13.451	Variação do CDI	5,94%	799	999	1.199	599	400
<b>2- Passivos financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos	(312.513)	Variação do CDI	5,94%	(18.569)	(23.211)	(27.854)	(13.927)	(9.284)
Empréstimos e financiamentos	(188.120)	Variação da LIBOR	2,37%	(4.458)	(5.573)	(6.688)	(3.344)	(2.229)
<b>1 + 2 - Exposição líquida</b>	<b>(487.182)</b>			<b>(22.228)</b>	<b>(27.785)</b>	<b>(33.343)</b>	<b>(16.671)</b>	<b>(11.114)</b>

Consolidado								
Exposição Patrimonial	Valor	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 31/12/2019	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<b>1- Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	16.104	Variação do CDI	5,94%	957	1.196	1.435	717	478
<b>2- Passivos financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos	(312.513)	Variação do CDI	5,94%	(18.569)	(23.211)	(27.854)	(13.927)	(9.284)
Empréstimos e financiamentos	(188.120)	Variação da LIBOR	2,37%	(4.458)	(5.573)	(6.688)	(3.344)	(2.229)
<b>1 + 2 - Exposição líquida</b>	<b>(484.528)</b>			<b>(22.070)</b>	<b>(27.588)</b>	<b>(33.105)</b>	<b>(16.553)</b>	<b>(11.035)</b>

### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019:

Controladora							
31/12/2019	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	32.148	32.148	28.393	3.755	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	646.872	886.780	30.061	43.875	59.539	69.484	683.282
Empresas relacionadas	29.553	29.533	29.553	-	-	-	-
	<u>708.573</u>	<u>948.481</u>	<u>88.547</u>	<u>47.630</u>	<u>59.539</u>	<u>69.484</u>	<u>683.282</u>
Consolidado							
31/12/2019	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	32.302	32.302	28.511	3.791	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	656.052	900.074	32.480	45.652	61.217	71.063	689.663
	<u>688.354</u>	<u>932.376</u>	<u>60.991</u>	<u>49.443</u>	<u>61.217</u>	<u>71.063</u>	<u>689.663</u>

### **Gestão de capital**

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre suas atividades.

## **31 Cobertura de Seguros**

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades.

A composição da cobertura de seguros está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Vida	2.100	2.100
D & O	25.000	25.000
Responsabilidade civil	12.000	12.000
Patrimonial	201.906	210.000
Veículos	13.839	20.147
Transportes nacional	1.300	1.300
Transportadora Específica	700	700
Transportadora Diversas	600	600
Transporte internacional	8.200	8.200
Transportes Importação(em dólar)	5.200	5.200
Transportes Exportação(em dólar)	3.000	3.000
Total	<u>264.345</u>	<u>278.747</u>

## **32 Evento subsequente**

Em 17 de janeiro de 2020 a Assembléia Geral Extraordinária – AGE aprovou a mudança da sede social da Companhia, do município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, para o município de Três Corações, Estado de Minas Gerais, portanto o novo endereço da sede social passa a ser na Rodovia Fernão Dias, s/nº, Km 755,6, Distrito Industrial, município de Três Corações.

\* \* \*